

O trabalhador e a inserção ocupacional na Construção

O processo de estruturação ocupacional que aconteceu no mercado de trabalho urbano do país, entre 2004 e 2014, proporcionou o crescimento das formas mais protegidas de trabalho (contratação com carteira de trabalho assinada) e a diminuição de inserções vulneráveis (sem registro em carteira e trabalho autônomo). No período, os dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre (PED-RMPA) também mostram que o aumento no nível ocupacional ocorreu, sobretudo, no assalariamento e, em especial, entre os assalariados do setor privado com carteira de trabalho assinada.

Essa situação, porém, mudou, consideravelmente, a partir de 2015. A economia brasileira, que, desde 2012, vinha apresentando sinais de esgotamento, passou a registrar variações negativas do Produto Interno Bruto e elevação acentuada das taxas de desemprego, em 2015 e 2016. O exame do mercado de trabalho também revela a deterioração do espaço de emprego e renda no âmbito do setor da Construção.

O Informe PED-RMPA **Trabalho e Construção** apresenta informações sobre absorção de força de trabalho, remunerações e formas de inserção ocupacional na Construção. A partir de dados da PED-RMPA detalhados para as atividades que compõem o setor — Construção e incorporação de edifícios, Obras de infraestrutura e Serviços especializados para a construção —, procura, especificamente, identificar mudanças e permanências, entre 2011 e 2016, em busca de referências que auxiliem no acompanhamento do comportamento do setor, na conjuntura de crise econômica.

O setor da Construção¹

1 – Analisando-se a distribuição dos ocupados no trabalho principal, na RMPA (Tabela 1), constata-se que a participação da Construção no total dos ocupados, em 2016, se manteve relativamente estável em relação aos anos anteriores, sendo 7,1% em 2016 e 6,9% em 2015. Pode-se notar inclusive que, ao longo do período 2011-16, não se observaram grandes flutuações na participação desse segmento. Verificou-se que o nível de atividade da construção, no Estado, apresentou, consecutivamente, três anos de queda: -1,5% em 2014, -5,3% em 2015 e -2,1% em 2016, o que corresponde a quedas superiores às observadas para o PIB estadual, exceto no ano de 2016. Dessa forma, a estabilidade da participação dos ocupados na Construção, na ocupação total, tende a estar associada à relevância desse setor na atividade econômica da RMPA, que correspondeu a, aproximadamente, 24% do valor adicionado total da Região, em 2016.

Tabela 1

Distribuição dos ocupados, no trabalho principal, por setores de atividade, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 2011-16

PERÍODOS	SETORES DE ATIVIDADE			
	Indústria de Transformação	Comércio e Reparação de Veículos	Serviços	Construção
2011	17,5	19,8	54,5	7,0
2012	17,5	19,7	54,7	7,0
2013	17,1	20,2	54,9	6,7
2014	16,8	19,7	55,4	7,0
2015	16,5	18,8	56,7	6,9
2016	16,1	19,5	56,4	7,1

FONTE: PED-RMPA – Convênio FEE, FGTAS, SEADE, DIEESE e apoio FAT/MTb.

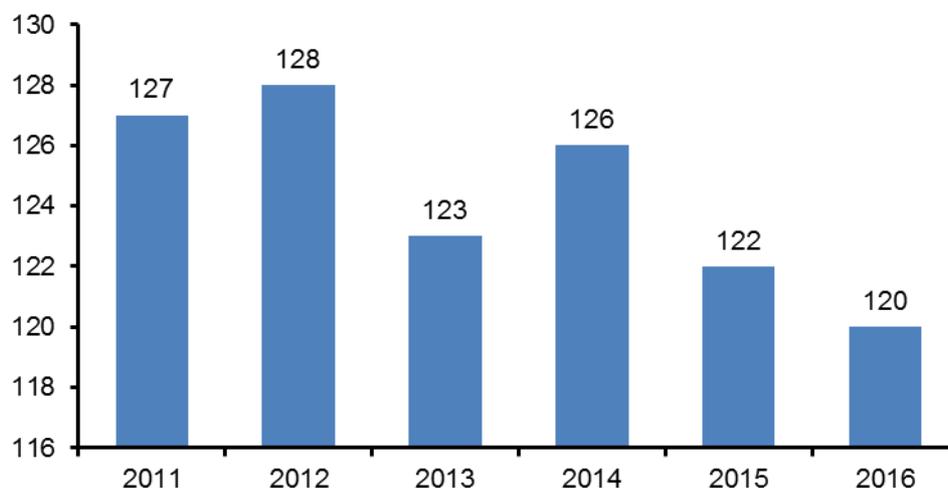
2 – O número total de ocupados na Construção, na Região Metropolitana de Porto Alegre, apresentou queda pelo segundo ano consecutivo (Gráfico 1). Em 2016, ocorreu uma diminuição de 2 mil ocupados no setor. Essa redução foi menor do que a observada em 2015, quando se identificou uma redução de 4 mil postos de trabalho. Ressalte-se que, em 2016, a Construção apresentou o menor número de ocupados desde 2011.

¹ Os dados deste Informe utilizam como delimitação da População em Idade Ativa a faixa de 14 anos ou mais. Em termos legais, a partir dessa idade, é possível participar, na condição de aprendiz, do mercado de trabalho no País.

Gráfico 1

Estimativa dos ocupados no setor da Construção, no trabalho principal, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 2011-16

(mil pessoas)



FONTE: PED-RMPA – Convênio FEE, FGTAS, SEADE, DIEESE e apoio FAT/MTb.

3 – A distribuição dos ocupados na Construção apresentou, em 2016, aumento da participação da divisão Construção e incorporação de edifícios e redução da participação da divisão Serviços especializados para a construção (Tabela 2). Esse comportamento reflete uma mudança no padrão observado, entre 2011 e 2015, de crescimento da divisão Serviços especializados e de redução da divisão Construção e incorporação de edifícios. No que tange à divisão de obras em Infraestrutura, constata-se que, em 2013, esta respondia por 6,2% dos ocupados no setor da Construção. É possível inferir que o fim do ciclo de obras em infraestrutura, na RMPA, como a conclusão da BR-448, em dezembro de 2013, e o final das obras vinculadas à realização da Copa do Mundo de Futebol, induziram à redução da participação dessa atividade econômica no total de ocupados. As dificuldades fiscais observadas no setor público, tanto nacional como estadual, também devem ter colaborado na redução das atividades em obras de infraestrutura e, conseqüentemente, no nível de ocupação do segmento.

Tabela 2

Distribuição dos ocupados, no setor da Construção, no trabalho principal, segundo divisões do setor, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 2011-16

PERÍODOS	DIVISÕES DA CONSTRUÇÃO			(%)
	Construção e Incorporação de Edifícios	Obras de Infraestrutura	Serviços Especializados para Construção	
2011	78,5	4,6	16,9	
2012	75,2	6,2	18,6	
2013	75,2	6,2	18,6	
2014	72,5	(1)-	22,6	
2015	70,7	(1)-	26,9	
2016	73,5	(1)-	24,3	

FONTE: PED-RMPA – Convênio FEE, FGTAS, SEADE, DIEESE e apoio FAT/MTb.

(1) A amostra não comporta desagregação para essa categoria.

Perfil do trabalhador da Construção

4 – Segundo a análise do perfil dos trabalhadores da Construção, constata-se que 95,4% eram do sexo masculino, proporção que se tem mantido relativamente estável, desde 2011. Com relação à distribuição por faixa etária, verifica-se a diminuição da participação dos jovens, o que pode estar refletindo o processo de transição demográfica e fatores socioeconômicos, como o adiamento do ingresso no mercado de trabalho, bem como o direcionamento profissional para outras atividades. Destaca-se que mais da metade (54,1%) dos trabalhadores da construção possui 40 anos e mais, e a parcela daqueles com 60 anos e mais está aumentando, tendo alcançado cerca de 10% em 2016 (Tabela 3). Isso é um indicativo de que a experiência profissional é valorizada nessa atividade. Contudo o aumento da presença de idosos na construção, que, via de regra, exige força física e certas habilidades que diminuem com o avanço da idade, pode estar relacionado com a dificuldade de migração para outras atividades, devido à baixa escolaridade e/ou à falta de acesso à aposentadoria, face ao elevado índice de não contribuição à previdência social.

Tabela 3

Distribuição dos ocupados, no setor da construção, no trabalho principal, segundo faixas etárias, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 2011-16

PERÍODOS	FAIXAS ETÁRIAS (%)						
	De 14 a 15 Anos	De 16 a 24 Anos	De 25 a 29 Anos	De 30 a 39 Anos	De 40 a 49 Anos	De 50 a 59 Anos	60 Anos e Mais
2011	(1)-	15,0	10,3	21,3	23,3	22,8	7,3
2012	(1)-	15,1	10,5	22,7	22,7	22,0	6,9
2013	(1)-	14,3	11,1	22,2	22,8	22,2	7,2
2014	(1)-	13,2	11,0	22,1	24,4	21,0	8,1
2015	(1)-	14,7	9,3	23,5	22,5	22,1	7,9
2016	(1)-	10,9	11,0	24,0	23,2	21,0	9,9

FONTE: PED-RMPA – Convênio FEE, FGTAS, SEADE, DIEESE e apoio FAT/MTb.

(1) A amostra não comporta desagregação para essa categoria.

5 – Em relação à escolaridade, entre 2011 e 2016, percebe-se redução na parcela dos trabalhadores com o ensino fundamental incompleto e aumento entre aqueles que concluíram o ensino médio ou possuem o ensino superior incompleto, acompanhando a tendência da população geral nos últimos anos. Apesar disso, os trabalhadores da Construção seguem sendo de baixa escolaridade. Em 2016, 44,1% não havia completado o ensino fundamental, e apenas 24,0% tinham o ensino médio completo ou superior incompleto (Tabela 4). Em termos comparativos, 44,3% do total da população ocupada na RMPA têm o ensino médio completo ou superior incompleto, e 18,2% não completaram o ensino fundamental, o que revela uma concentração maior de trabalhadores com baixa escolaridade no setor da Construção.

Tabela 4

Distribuição dos ocupados no setor da Construção, no trabalho principal, segundo escolaridade, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 2011-16

PERÍODOS	ESCOLARIDADE				
	Analfabeto	Ensino Fundamental Incompleto	Ensino Fundamental Completo ou Médio Incompleto	Ensino Médio Completo ou Superior Incompleto	Ensino Superior Completo
2011	(1)-	52,2	23,5	18,4	4,5
2012	(1)-	50,4	24,3	19,8	(1)-
2013	(1)-	50,6	21,9	22,2	(1)-
2014	(1)-	44,3	25,4	24,3	(1)-
2015	(1)-	44,9	24,7	22,5	6,7
2016	(1)-	44,1	27,0	24,0	(1)-

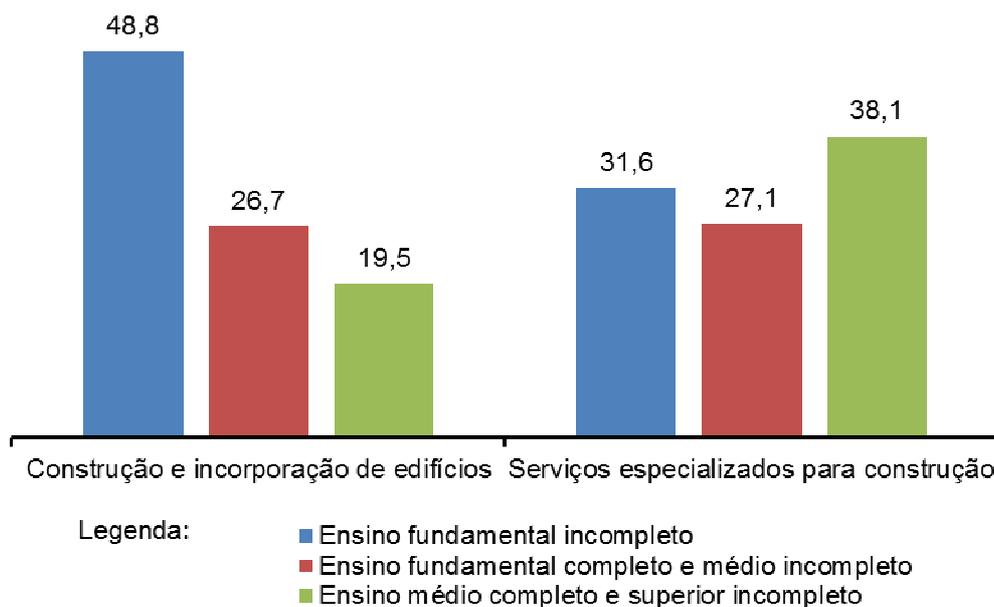
FONTE: PED-RMPA – Convênio FEE, FGTAS, SEADE, DIEESE e apoio FAT/MTb.

(1) A amostra não comporta desagregação para essa categoria.

6 – Considerando as duas principais divisões do setor da Construção, observa-se que os trabalhadores dos Serviços especializados para construção são um pouco mais escolarizados que aqueles que trabalham em Construção e incorporação de edifícios. Em 2016, o percentual daqueles com ensino médio completo ou superior incompleto era de 38,1% e 19,5% nessas divisões, respectivamente (Gráfico 2).

Gráfico 2

Distribuição dos ocupados nas divisões do setor da Construção, no trabalho principal, segundo a escolaridade, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 2016

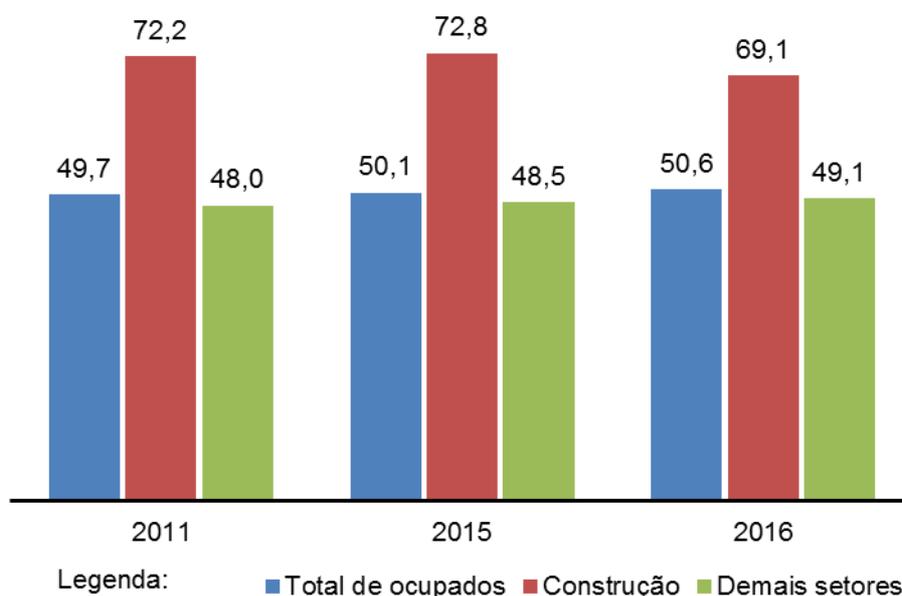


FONTE: PED-RMPA – Convênio FEE, FGTAS, SEADE, DIEESE e apoio FAT/MTb.

7 – Além da baixa escolaridade, o setor da Construção possui também como característica a inserção de trabalhadores que estão na condição de chefe na família: mais de dois terços dos ocupados no setor. Apesar da leve redução observada no último ano, 69,1% dos trabalhadores da construção eram chefes de família, ante 49,1% para os demais setores. Na média do total dos ocupados, 50,6% estavam nessa condição (Gráfico 3).

Gráfico 3

Proporção de ocupados, no trabalho principal, na posição de chefes de família por setor de atividade, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 2011, 2015 e 2016



FONTE: PED-RMPA – Convênio FEE, FGTAS, SEADE, DIEESE e apoio FAT/MTb.

A inserção ocupacional na construção

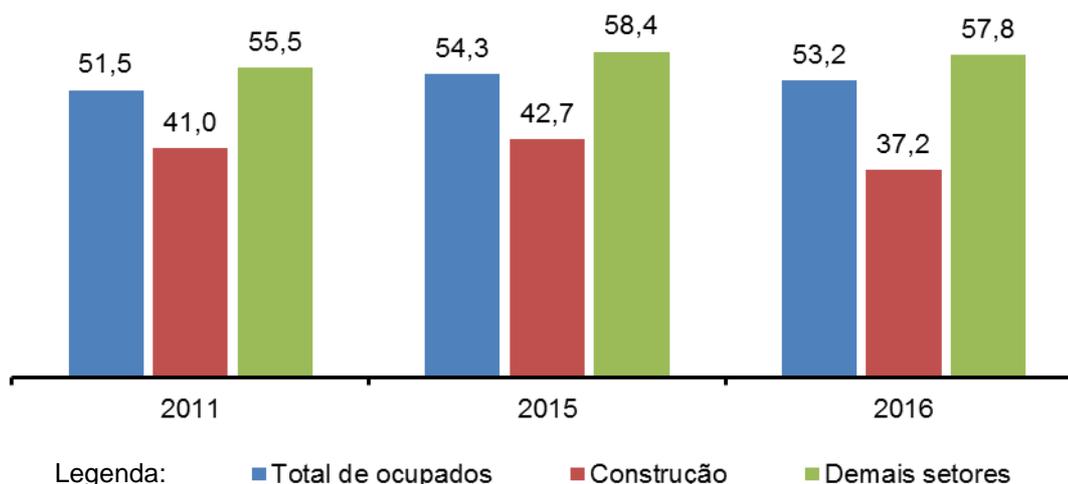
8 – Analisando a estrutura do mercado de trabalho, na RMPA, para o ano de 2016, o total de ocupados estava distribuído em 70,2% como assalariados e 13,7% como trabalhadores autônomos. Já no setor da Construção, a distribuição é distinta: 46,8% eram assalariados, e 45,4%, trabalhadores autônomos, o que mostra a fragilidade das relações de trabalho nesse setor.

9 – Considerando os trabalhadores da Construção, nota-se que, apesar da melhora do mercado de trabalho entre 2004 e 2014, com o aumento significativo da formalização, a Construção ainda assim permanece com menor patamar de registro formal dentre os demais setores de atividade econômica. Comparando os trabalhadores com carteira assinada desse setor, tanto com o total de ocupados quanto com os demais setores, pode-se identificar sua menor participação. Em 2015, os trabalhadores com registro em carteira correspondiam a 42,7% dos ocupados na Construção e, em

2016, isso diminuiu para 37,2%, o menor percentual da série, iniciada em 2011 (Gráfico 4). Possivelmente, a continuidade da crise econômica tenha contribuído para a redução desse indicador.

Gráfico 4

Proporção dos trabalhadores com carteira de trabalho assinada no total de ocupados, na Construção e nos demais setores, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 2011, 2015 e 2016



FONTE: PED-RMPA – Convênio FEE, FGTAS, SEADE, DIEESE e apoio FAT/MTb.

10 – Quando se segmenta o setor da Construção segundo suas divisões, nota-se que a redução da formalização atingiu, de forma mais intensa, os Serviços especializados para construção, que passou de 46,6% para 32,9% entre 2015 e 2016. Com isso, ficou abaixo da proporção na Construção e incorporação de edifícios, que diminuiu para 37,1% em 2016, ante 40,0% no ano anterior (Tabela 5).

Tabela 5

Proporção dos ocupados com carteira assinada, no trabalho principal, nas divisões do setor da Construção, na Região Metropolitana de Porto Alegre – 2011-2016

PERÍODOS	CONSTRUÇÃO E INCORPORAÇÃO DE EDIFÍCIOS (%)	OBRAS DE INFRAESTRUTURA (%)	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS PARA CONSTRUÇÃO (%)
2011	37,9	(1)-	45,9
2012	40,3	80,3	40,7
2013	38,5	85,6	37,3
2014	40,6	(1)-	45,1
2015	40,0	(1)-	46,4
2016	37,1	(1)-	32,9

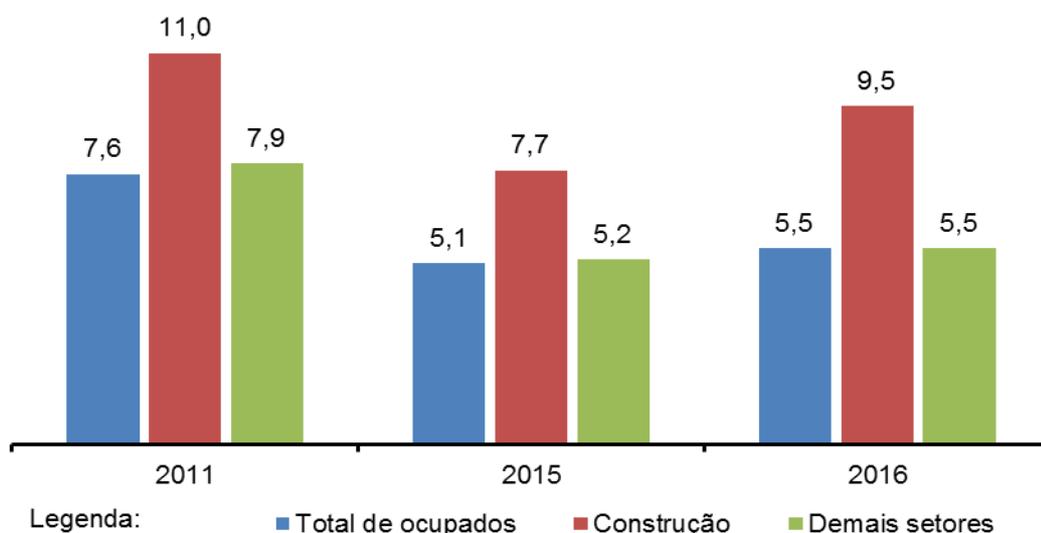
FONTE: PED-RMPA – Convênio FEE, FGTAS, SEADE, DIEESE e apoio FAT/MTb.

(1) A amostra não comporta desagregação para essa categoria.

11 – Analisando a situação dos trabalhadores assalariados que não possuem carteira assinada, nota-se a precarização da ocupação no setor da Construção, por apresentar uma proporção maior de sem carteira assinada, na comparação com os demais setores. Em 2011, 11,0% dos ocupados na Construção eram assalariados sem registro formal, diminuindo para 7,7% em 2015, entretanto voltando a aumentar para 9,5% em 2016. Essa inserção ocupacional sem acesso aos direitos trabalhistas está mais presente no setor da Construção do que nos demais setores da economia (Gráfico 5).

Gráfico 5

Proporção dos trabalhadores sem carteira de trabalho assinada no total de ocupados, na Construção e nos demais setores, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 2011, 2015 e 2016

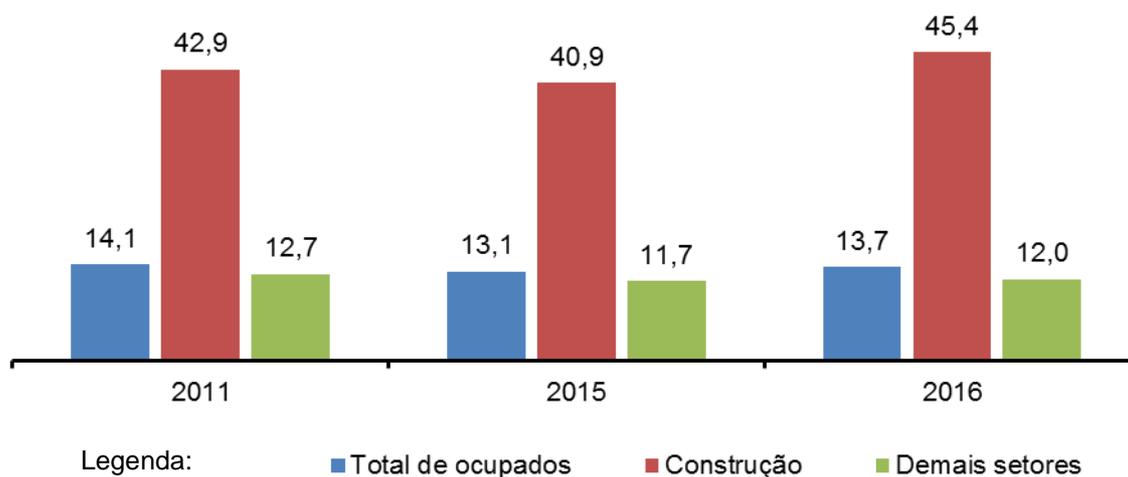


FONTE: PED-RMPA – Convênio FEE, FGTAS, SEADE, DIEESE e apoio FAT/MTb.

12 – A parcela de trabalhadores autônomos na Construção aumentou de 40,9% em 2015 para 45,4% em 2016. O setor da Construção tem uma maior concentração de trabalhadores autônomos, quando comparado com o total de ocupados na RMPA e com os demais setores econômicos (13,7% e 12,0%, respectivamente, em 2016) — Gráfico 6

Gráfico 6

Proporção de trabalhadores autônomos no total de ocupados, construção e demais setores, na Região Metropolitana de Porto Alegre - 2011, 2015 e 2016



FONTE: PED-RMPA – Convênio FEE, FGTAS, SEADE, DIEESE e apoio FAT/MTb.

13 – Quando se observam as divisões setoriais, identifica-se que os Serviços especializados para construção apresentavam uma concentração maior de trabalhadores autônomos (55,0%), com destaque para a intensa elevação na passagem de 2015 para 2016. Já na divisão da Construção e incorporação de edifícios, esse tipo de inserção era menor (43,5% em 2016), com pouca variação ao longo dos anos (Tabela 6).

Tabela 6

Proporção de autônomos, no trabalho principal, nas divisões no setor da Construção, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 2011-16

PERÍODOS	CONSTRUÇÃO E INCORPORAÇÃO DE EDIFÍCIOS	OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS PARA CONSTRUÇÃO (%)
2011	45,2	(1)-	41,3
2012	42,9	(1)-	43,2
2013	43,1	(1)-	50,0
2014	45,6	(1)-	40,2
2015	42,4	(1)-	40,1
2016	43,5	(1)-	55,0

FONTE: PED-RMPA – Convênio FEE, FGTAS, SEADE, DIEESE e apoio FAT/MTb.

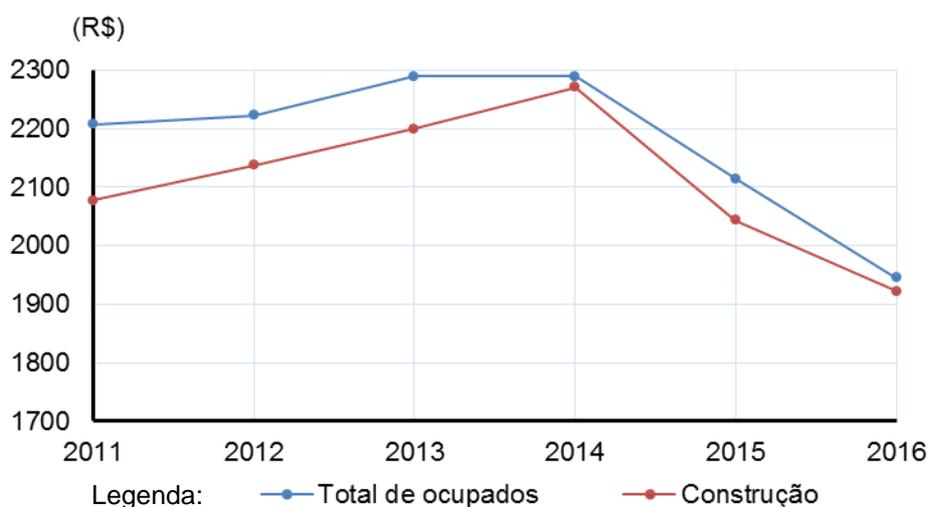
(1) A amostra não comporta a desagregação para essa categoria.

Rendimentos na construção

14 – O rendimento médio real dos ocupados da Construção na RMPA registrou queda pelo segundo ano consecutivo (Gráfico 7). Em 2016, a retração foi de 6,0%, menos intensa do que a verificada no ano anterior (-9,8%). Em comparação ao rendimento médio real do total de ocupados na RMPA, a queda da Construção foi menor em 2016 e mais acentuada em 2015. Assinale-se que o rendimento médio real situava-se na Construção, em 2016, no menor patamar do período iniciado em 2011.

Gráfico 7

Rendimento médio real, total de ocupados e setor da Construção, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 2011-16

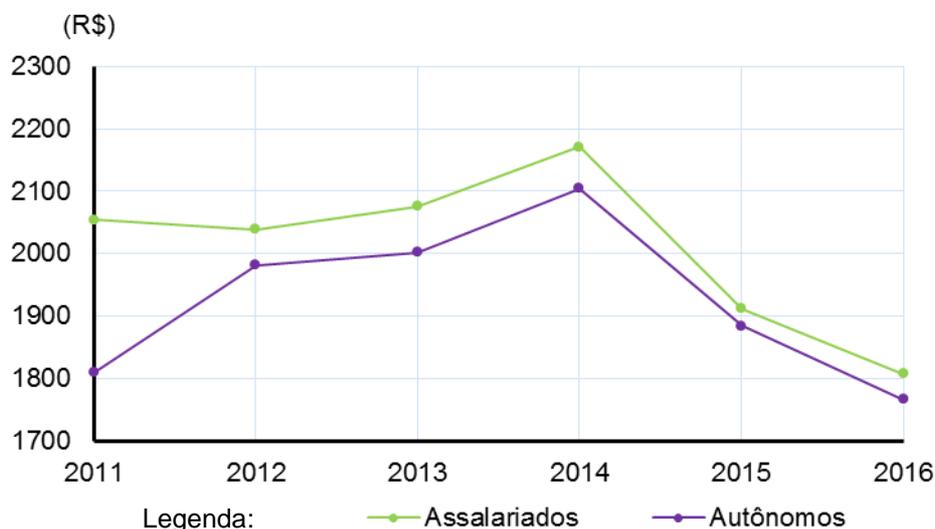


FONTES: PED-RMPA – Convênio FEE, FGTAS, SEADE, DIEESE e apoio FAT/MTb.
NOTA: Rendimentos em reais de nov./16. O delator utilizado foi IPC-IEPE.

15 – Segmentando o conjunto dos trabalhadores da Construção por posição na ocupação, constata-se que o rendimento médio real dos assalariados teve uma queda de 11,9% em 2016, tendo esta sido um pouco mais acentuada do que aquela observada entre os autônomos (-10,5%) — Gráfico 8. De qualquer forma, para ambas as inserções, houve redução do ritmo de queda dos rendimentos médios reais em comparação ao ano de 2015.

Gráfico 8

Rendimento médio real, na Construção, por posição na ocupação, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 2011-16



FONTE: PED-RMPA – Convênio FEE, FGTAS, SEADE, DIEESE e apoio FAT/MTb.
NOTA: Rendimentos em reais de nov./16. O delator utilizado foi IPC-IEPE.

Jornada de trabalho na Construção

16 – A jornada média semanal de trabalho dos ocupados na Construção, na RMPA, elevou-se em uma hora em 2016, tendo passado de 40 horas em 2015 para 41 horas no último ano (Tabela 7). Analisando as diferentes atividades do setor, constata-se que ocorreu igual evolução da jornada média semanal de trabalho na divisão Construção e incorporação de edifícios, enquanto, nos Serviços especializados para construção, esse indicador se manteve estável, em 41 horas semanais.

Tabela 7

Jornada média semanal do total dos ocupados na Construção, no trabalho principal, por divisões do setor, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 2011-16

PERÍODO	TOTAL DE OCUPADOS NO SETOR DA CONSTRUÇÃO	DIVISÕES DA CONSTRUÇÃO (horas)		
		Construção e Incorporação de edifícios	Obras de Infraestrutura	Serviços Especializados para Construção
2011	43	43	45	44
2012	43	42	45	43
2013	42	42	44	43
2014	42	42	(1)-	42
2015	40	40	(1)-	41
2016	41	41	(1)-	41

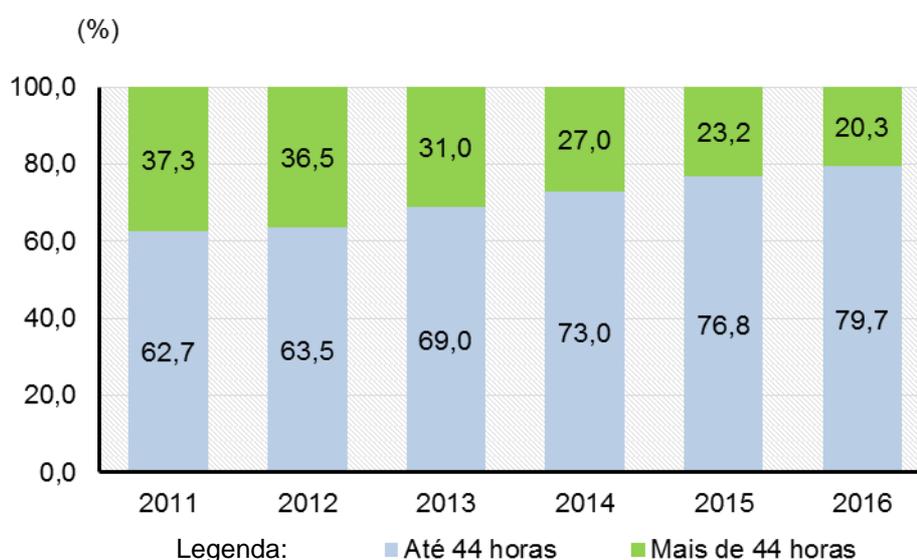
FONTE: PED-RMPA – Convênio FEE, FGTAS, SEADE, DIEESE e apoio FAT/MTb.

(1) A amostra não comporta desagregação para essa categoria.

17 – A proporção de trabalhadores da Construção que trabalhava mais de 44 horas por semana, na RMPA, evidenciou redução em 2016, quando atingiu 20,3% (Gráfico 9). Pode-se constatar que esse comportamento configura uma tendência, uma vez que esse indicador vem se reduzindo sistematicamente, ano a ano, desde 2011, evidenciando os processos de desaceleração e de crise econômica pelos quais passou o País no período.

Gráfico 9

Distribuição dos ocupados na Construção, por faixas de horas semanais de trabalho, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 2011-16



FONTE: PED-RMPA – Convênio FEE, FGTAS, SEADE, DIEESE e apoio FAT/MTb.

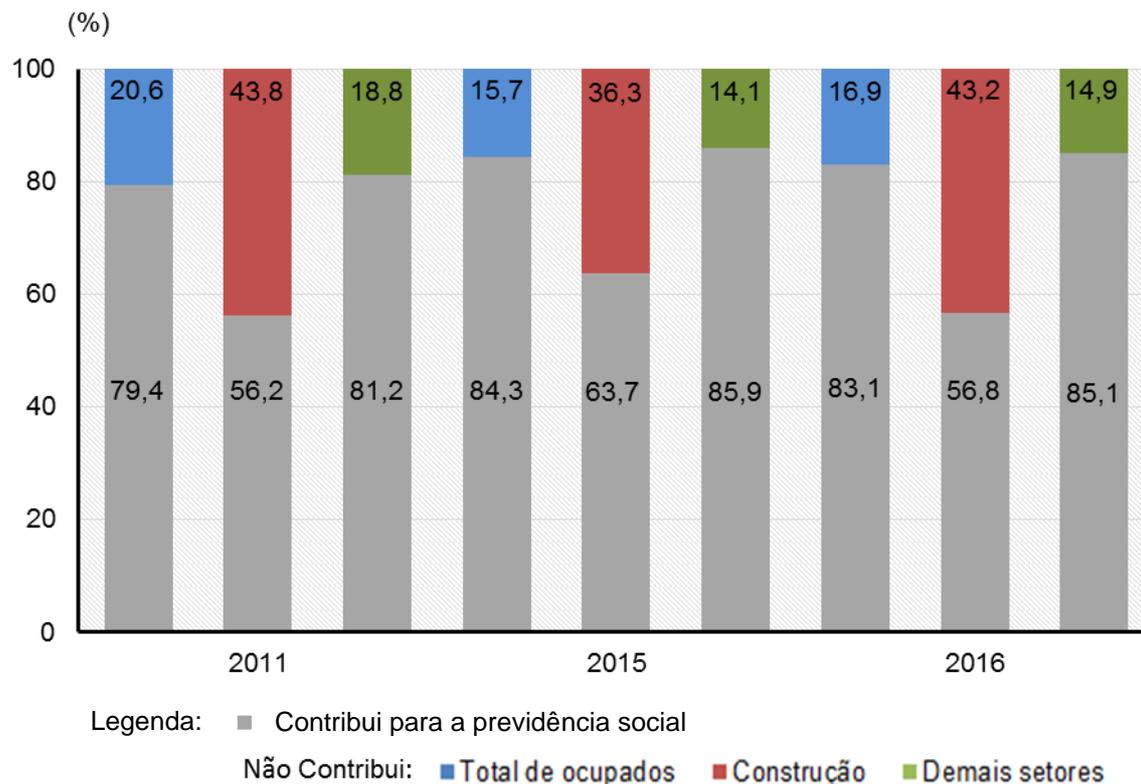
Previdência Social

18 – Quanto à contribuição para a previdência social, o período de estruturação do mercado de trabalho entre 2004 e 2014, com o aumento da formalização das relações de trabalho, contribuiu para a sua ampliação até 2015, tendo alcançado uma cobertura de 84,3% dos ocupados na RMPA. Em 2016, frente à persistência da crise econômica e à redução dos assalariados com registro formal, essa proporção diminuiu para 83,1%. O setor da Construção segue essa mesma tendência, mas possui uma cobertura previdenciária menor do que a dos demais — a proporção de ocupados que contribui para a previdência social era de apenas 56,8%, contra 85,1% nos outros setores, em 2016 (Gráfico 10).

19 – A proporção dos trabalhadores que não tem acesso ao sistema previdenciário é muito mais elevada para o setor da Construção do que para os demais setores da economia. Entre 2015 e 2016, verificou-se aumento na parcela de trabalhadores que não contribuía para a previdência social, passando de 36,3% para 43,2% para aqueles que atuam no setor e de 14,1% para 14,9% para os outros trabalhadores na RMPA.

Gráfico 10

Distribuição dos ocupados, no trabalho principal, segundo a contribuição para a previdência e setor de atividade, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 2011, 2015 e 2016



FONTE: PED-RMPA – Convênio FEE, FGTAS, SEADE, DIEESE e apoio FAT/MTb.

20 – Observa-se que a trajetória, até 2015, era de redução na proporção de trabalhadores que não contribuía para a previdência social. Entretanto, com a persistência da crise econômica, essa parcela de trabalhadores desprotegidos voltou a crescer. Entre os assalariados, aumentou de 13,9% em 2015 para 18,8% em 2016 e, entre os trabalhadores autônomos, elevou-se de 66,1% para 70,6% nesse período (Tabela 8). O trabalho autônomo foi o tipo de inserção ocupacional que mais cresceu no último ano, representando 45,4% dos trabalhadores do setor da Construção em 2016. A elevada parcela de trabalhadores que não contribuía para previdência social é preocupante, ao considerar as mudanças previstas na reforma da previdência em tramitação no Congresso Nacional, pois esses trabalhadores já possuem uma idade média de 41 anos, são de baixa escolaridade e mais de dois terços deles são chefes de família.

Tabela 8

Proporção de ocupados, no trabalho principal, que não contribuem para a previdência e por setores de atividade e posições na ocupação selecionados, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 2011, 2015 e 2016

(%)

PERÍODOS	TOTAL DE OCUPADOS	SETOR DA CONSTRUÇÃO		
		Total de Ocupados	Assalariados	Autônomos
2011	20,6	43,8	19,7	76,5
2012	19,8	40,5	18,3	73,5
2013	18,2	40,8	19,4	70,1
2014	17,1	36,8	14,1	67,7
2015	15,7	36,3	13,9	66,1
2016	16,9	43,2	18,8	70,6

FONTE: PED-RMPA – Convênio FEE, FGTAS, SEADE, DIEESE e apoio FAT/MTb.

Notas metodológicas

1 Principais conceitos

PIA - População em Idade Ativa - população com 14 anos e mais.

PEA - População Economicamente Ativa - parcela da PIA que está ocupada ou desempregada.

Ocupados - conjunto de pessoas que: (a) possuem trabalho remunerado exercido com regularidade; (b) possuem trabalho remunerado exercido de forma irregular e não procuram trabalho diferente do atual, excluindo aquelas que, não tendo procurado, exerceram algum trabalho de forma excepcional nos últimos sete dias; e (c) possuem trabalho não remunerado de ajuda em negócios de parentes, ou remunerado em espécie ou benefício, e não procuram trabalho.

Desempregados - conjunto de pessoas que se encontram em uma das situações a seguir:

- **desemprego aberto** - pessoas que procuraram trabalho de maneira efetiva nos 30 dias anteriores ao da entrevista e não exerceram nenhum trabalho nos últimos sete dias;
- **desemprego oculto pelo trabalho precário** - compreende as pessoas que procuraram efetivamente trabalho nos 30 dias anteriores ao dia da Pesquisa, ou nos últimos 12 meses, e que realizam, de forma irregular, algum trabalho remunerado, realizam algum trabalho não remunerado de ajuda em negócios de parentes, ou realizam algum trabalho recebendo exclusivamente em espécie ou benefício;
- **desemprego oculto pelo desalento e outros** - pessoas sem trabalho e que não o procuraram nos últimos 30 dias por desestímulo do mercado de trabalho, ou por circunstâncias fortuitas, mas apresentaram procura efetiva de trabalho nos últimos 12 meses.

Inativos (maiores de 14 anos) - parcela da PIA que não está ocupada, nem desempregada.

2 Principais indicadores

Taxa global de participação é a relação entre a População Economicamente Ativa e a População em Idade Ativa (PEA/PIA) e indica a proporção de pessoas com 14 anos e mais incorporada ao mercado de trabalho como ocupada ou desempregada.

Taxa de desemprego total é igual à relação desempregados/PEA e indica a proporção da PEA que se encontra na situação de desemprego aberto ou oculto.

Taxa de ocupação é igual à relação ocupados/PEA e indica a proporção da PEA que se encontra na situação de ocupados.

3 Classificação dos setores de atividade

Indústria de transformação - engloba as atividades da seção C da CNAE 2.0 domiciliar.

Comércio e reparação de veículos - engloba as atividades da seção G da CNAE 2.0 domiciliar.

Serviços - engloba as atividades das seções H a T da CNAE 2.0 domiciliar.

Construção - engloba as atividades da seção F da CNAE 2.0 domiciliar, desagregados em:

- **construção e incorporação de edifícios** - divisão 41 da CNAE 2.0 domiciliar;
- **obras de infraestrutura** - divisão 42 da CNAE 2.0 domiciliar;
- **serviços especializados para construção** - divisão 43 da CNAE 2.0 domiciliar.

Notas técnicas

Nº 1: Alteração dos indicadores de setor de atividade da PED na Região Metropolitana de Porto Alegre — jul./12

Em novembro de 2010, a Pesquisa de Emprego e Desemprego iniciou a captação das informações referentes aos setores de atividade, considerando a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE Domiciliar 2.0). A partir de então, realizou-se dupla codificação dos dados captados no campo: a primeira, utilizando a classificação de atividade econômica da PED; e a segunda, a classificação da CNAE Domiciliar 2.0. Essa codificação em paralelo encerrou-se em maio de 2012, e, a partir de junho de 2012, foi adotada apenas a classificação derivada da CNAE Domiciliar 2.0.

Com isso, as séries contendo informações sobre setor de atividade que utilizavam a classificação anterior, divulgadas até maio de 2012, foram interrompidas, iniciando-se novas séries trimestrais segundo a classificação da CNAE Domiciliar 2.0, com dados a partir de janeiro de 2011. Como decorrência, também foram alteradas as séries respectivas com a evolução dos números-índices, os quais passam a ter como base a média de 2011. Todos os demais indicadores continuam com suas séries inalteradas.

Nº 2: Atualização dos valores absolutos das séries divulgadas pela PED na Região Metropolitana de Porto Alegre — jan./16

Com a atualização das estimativas populacionais da FEE, o Núcleo de Demografia e Previdência ajustou a série histórica populacional realizada anteriormente para a Região Metropolitana de Porto Alegre. A população total dos meses de julho do período de 2000 a 2014 de cada ano é fornecida pelas Estimativas Populacionais FEE — Revisão 2015, enquanto as populações totais para os demais meses de 2000 a 2014 e para todos os meses a partir de 2015 foram interpoladas e projetadas utilizando técnica de tendência.

A PED-RMPA altera suas séries em números absolutos, a partir de agosto de 2000, referentes a População Total, População em Idade Ativa, População Economicamente Ativa, Ocupados, Desempregados e Inativos com pelo menos 10 anos.



**GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL**

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO

SECRETÁRIO: Carlos Antônio Búrigo

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA Siegfried Emanuel Heuser (FEE)

CONSELHO DE PLANEJAMENTO: André F. Nunes de Nunes, Angelino Gomes Soares Neto, André Luis Vieira Campos, Leandro Valiati, Ricardo Franzói e Carlos Augusto Schlabitz. **CONSELHO CURADOR:** Mayara Penna Dias, Olavo Cesar Dias Monteiro e Irma Carina Brum Macolmes.

PRESIDENTE: José Reovaldo Oltramari

DIRETOR TÉCNICO: Martinho Roberto Lazzari

DIRETORA ADMINISTRATIVA: Daniella Baldasso

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, TRABALHO, JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS

SECRETÁRIA: Maria Helena Sartori

FUNDAÇÃO GAÚCHA DO TRABALHO E AÇÃO SOCIAL/SISTEMA NACIONAL DE EMPREGO (FGTAS/SINE-RS)

PRESIDENTE: Gilberto Francisco Baldasso

DIRETOR TÉCNICO: Darci Cunha

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS (DIEESE)

PRESIDENTE: Luis Carlos de Oliveira

DIRETOR TÉCNICO: Clemente Ganz Lúcio

COORDENADORA TÉCNICA DO SISTEMA PED: Lúcia dos Santos Garcia

SUPERVISOR REGIONAL: Ricardo Franzói

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS (Seade)

DIRETOR-EXECUTIVO: Dalmo Nogueira Filho

Apoio Financeiro: MINISTÉRIO DO TRABALHO

MINISTRO: Ronaldo Nogueira

EQUIPE EXECUTORA

Supervisão: Rafael Bassegio Caumo (FEE), Claudia Algayer da Rosa (FGTAS) e Virginia Donoso (DIEESE).

Estatístico Responsável: Fernanda Rodrigues Vargas (FEE).

Pesquisa de Campo: Estela Belíssimo Campos de Abreu (Coordenadora — FEE). Auxiliares: Aurora Célia V. Maciel, Clotilde Rejane Meneghetti (FEE). Estagiários: Guilherme Andrei Castelo Branco Navarro, Luana Fernandes de Nardin, Manuela Rosa Pereira, Nathali Almeida Rios (FEE). **Equipe de Aplicação:** Auxiliares: Camila Marques de Souza (FGTAS), Afonso Gaviraghi Ferreira, Daniel Leal Vieira Silveira, Luciano Bracht Barros, Sandra Targanski Krieger (FEE). **Equipe de Crítica:** **Técnicos:** Jaqueline Cristiane dos Santos, Juliano Florczak Almeida, Luciana Pêss, Michele Krieger Bohnert (FGTAS), Adriana Lizete Schneider Dias, Rodrigo Goulart Campelo (FEE). **Análise Socioeconômica e Estatística:** Iracema Keila Castelo Branco (Coordenadora — FEE). **Técnicos:** André Luiz Leite Chaves, Fernanda Rodrigues Vargas, Jorge Augusto Silveira Verlindo, Patrícia Klaser Biasoli, Raul Luís Assumpção Bastos, Romeu Luiz Knob (FEE) e Claudia Algayer da Rosa (FGTAS). **Bolsista:** Priscila von Dietrich (FAPERGS). **Controle de Qualidade:** Juciara Veiga de Campos (Coordenadora — FEE). **Auxiliares:** Londi Milke, Sílvio José Ferreira, Valmir dos Santos Goulart (FEE) e Marlene P. Rossset (FGTAS). **Estagiários:** Daiana Figueira dos Santos, Eduardo Hernandes Dutra, Jorge Américo da Silva Winter Junior, Karolainy de Oliveira dos Reis, Luciano Reis, Nathaly Santos Ferro, Vinicius Riskala. **Editoração:** Breno Camargo Serafini (revisão) (FEE).

Conceitos e Metodologia: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados

Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

Apoio: FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (FAPERGS)

GOVERNO DO ESTADO
DO RIO GRANDE DO SUL

TO
DO
S
PELO RIO GRANDE

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO,
GOVERNANÇA E GESTÃO

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO
SOCIAL, TRABALHO, JUSTIÇA
E DIREITOS HUMANOS

 **Fundação de
Economia e
Estatística**

 **Fundação Gaúcha
do Trabalho e Ação Social**

SEADE
Fundação Sistema Estadual
de Análise de Dados

 **DIEESE**

 **FAT**
AMPARO AO
TRABALHADOR

MINISTÉRIO DO
TRABALHO

 **BRASIL**
GOVERNO FEDERAL

Toda correspondência para esta publicação deverá ser endereçada à:

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA Siegfried Emanuel Heuser

Duque de Caxias, 1691 — Fone: (51) 3216-9043 — Fax: (51) 3216-9134

Caixa Postal: 2355 — 90010-283 — Porto Alegre-RS

E-mail: ped@fee.tche.br

www.fee.rs.gov.br